Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/08/2013 a 31/08/2013

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Agricultores familiares do Amazonas vendem produção ao PAA – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 06/08/2013..... 4

Alimentos básicos perdem espaço para produtos do agronegócio – Site do MST. 07/08/2013..... 4

Em dez anos, só perdemos com o uso de transgênicos, afirma especialista – Site do MST. 13/08/2013..... 6

AIAF e Combate à Fome são temas de reunião entre CONTAG e FAO – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/08/2013 ... 11

Relatório aponta riscos associados ao consumo de plantas transgênicas – Site do MST. 15/08/2013..... 12

Nova geração de transgênico anima a Dow AgroSciences. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 16/08/2013 15

Dow tenta contornar a fama do agente laranja. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 16/08/2013 17

PAA atende mais de 128 mil produtores familiares. Thais Margalho e Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 20/08/2013..... 18

Seminário Internacional debate programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/08/2013..... 19

PAA atende mais de 128 mil produtores familiares. Thais Margalho e Flávia Agnello – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 22/08/2013 . 20

Ministério fará compra institucional de produtos de cooperativas da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/08/2013..... 21

Programas sociais garantem segurança alimentar de comunidades pesqueiras no Pará – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/08/2013..... 22

Alimentação, saúde, emprego e sustentabilidade. Paulo Kliass – Site da Agência Carta Maior. 29/08/2013 23

Lesoto busca expertise no combate à insegurança alimentar. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 29/08/2013..... 26

Universidades públicas irão apoiar implantação de planos estaduais de segurança alimentar - Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/08/213..... 27

Agricultores familiares do Amazonas vendem produção ao PAA – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 06/08/2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) adquiriu 51 toneladas de produtos da agricultura familiar nos municípios de Rio Preto da Eva, Carauari e Manicoré, todos no interior do Amazonas, somente no mês de julho. A iniciativa faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e busca evitar o desperdício da produção, e já repassou cerca de R$ 50 mil às famílias rurais.

A compra foi realizada com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Foram adquiridos produtos como banana, mandioca, coco, maracujá, abóbora, açaí e mamão. A compra beneficiou produtores de três entidades: Associação dos Produtores da Comunidade Nova Esperança, de Rio Preto da Eva; Associação dos Produtores Rurais do município de Carauari; e Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade Nossa Senhora da Conceição, do município de Manicoré.

O PAA foi executado na modalidade de Compra com Doação Simultânea e os alimentos foram direcionados para o Programa Mesa Brasil/Sesc, ações sociais das prefeituras do estado e instituições religiosas. (Assessoria de Imprensa/ Conab)

O PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf).

Alimentos básicos perdem espaço para produtos do agronegócio – Site do MST. 07/08/2013

Por Washington Novaes

Do O Estado de S. Paulo

Parece surreal. No dia 27 último, a seção de Esportes deste jornal informava que a nadadora brasileira Poliana Okimoto - que ganhara no Mundial de Barcelona medalha de ouro na maratona aquática de dez quilômetros, além de medalha de prata nos cinco quilômetros e de bronze por equipes - substituiu em sua dieta vários alimentos (glúten, açúcar, feijão, abacate, fermento e chocolate) por tapioca, que lhe dá "energia redobrada".

Dois dias antes o IBGE informara que a produção brasileira de mandioca (de onde vem a tapioca) este ano, 21,4 milhões de toneladas, está 8,4% menor que a do ano passado, quando já havia sido 24,5% menor que a de 2011. Nas lonjuras, o falecido pesquisador Paulo de Tarso Alvim deve estar balançando a cabeça, ele que afirmava, ironicamente, que "se mandioca fosse norte-americana o mundo estaria comendo tapioca flakes e mandioca puffs". Mas esse alimento, o mais adequado para solos brasileiros - não precisa de fertilizantes nem de agrotóxicos - vem perdendo progressivamente espaço para as culturas de grãos exportáveis, além de ter sido muito atingido no Nordeste por problemas climáticos.

E não é só na área da mandioca que estamos penando, no terreno dos alimentos, no Nordeste e fora dele. Estamos com a menor safra de feijão em mais de uma década; importamos (feijão!) mais de 3% do consumo interno; o consumo por pessoa baixou de 18,5 para 16 quilos anuais - e aí também pesam a substituição dos alimentos por culturas de exportação e a perda de espaços pela agricultura familiar, já que 10% das propriedades têm 85% do valor bruto da produção agrícola (Ipea, 7/6) e quase dez vezes mais participação que as pequenas nos R$ 122 bilhões do crédito, segundo os órgãos federais (23/7). Mas as pequenas é que respondem por 70% dos alimentos no consumo interno.

São muitas as aflições nessa área dos alimentos. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por exemplo, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) estão concebendo (MMA, 26/7) um projeto-piloto de uso da terra no Semiárido, que em 2014 começará a ser executado em Sergipe, para ser replicado em outras áreas. O foco estará nos problemas de erosão e esgotamento de nutrientes no solo, que têm forte influência no avanço da desertificação e na produção de alimentos. Segundo o Instituto Nacional do Semiárido, do Ministério da Ciência e Tecnologia, só em 55,2 mil quilômetros quadrados problemáticos vivem 750 mil pessoas, apenas no Sertão do São Francisco (BA) e na região dos Cariris Velhos (PB). No Estado da Paraíba, nada menos de 54% do território sofre com o problema, agravado pela menor infiltração de água em solos compactados por métodos inadequados de cultivo.

Em Gilbués, no Piauí, outra área crítica, a desertificação é acentuada pela infiltração natural a grandes profundidades da água de chuva (pois ali chove 700 milímetros anuais, em média), favorecida pela estrutura geológica. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) trabalha em projetos nessa e em outras regiões. Além de Gilbués, mais três áreas são consideradas críticas: Irauçuba (CE), Seridó (RN e PB) e Cabrobó (PE). Ao todo, estão ali quase 400 mil pessoas. O Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites da Universidade Federal de Alagoas informa (O Globo, 9/7) que 230 mil quilômetros quadrados de terras foram atingidas "de forma grave" ou "muito grave".

Mas continuamos aferrados a velhas e falsas tentativas de solução - como a transposição de águas do Rio São Francisco - para esse tipo de problema e o de seca, como a que aflige hoje o Nordeste. E que, dizem os meteorologistas, se pode estender até 2015.

Segundo o Comitê da Bacia desse rio, "falta planejamento ao governo federal sobre a expansão desordenada da agricultura".

O próprio secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, lembrou no Dia Mundial da Desertificação (Rádio ONU, 18/6) que "os custos políticos, sociais e econômicos dos problemas gerados pela seca são evidentes, do Usbequistão ao Brasil, da região do Sahel, na África, à Austrália (...). O mundo não pode deixar o futuro secar". E enfatizou ainda que 14% da população global sofre, por essa causa, de insegurança alimentar. Mas não apenas nessas regiões. No ano passado os Estados Unidos tiveram a pior seca em 50 anos; o Chifre da África também, afetando 13 milhões de pessoas. E por aí se entra no terreno das mudanças climáticas, que aceleram a degradação de terras e a desertificação, assim como os conflitos pelo uso da água.

Por aqui continuamos a fazer de conta que o problema da seca, que atingiu mais de 1.400 municípios do Semiárido, está superado, quando ainda prospera em boa parte deles o negócio de vender água levada por caminhões em tonéis, a R$ 5 por 250 litros. Enquanto isso, sobe o orçamento do projeto de transposição do São Francisco, essa "obra absurda", segundo João Suassuna, da Fundação Joaquim Nabuco; "um escândalo", nas palavras do professor João Abner, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O primeiro complementa dizendo que a obra "beneficia o grande capital rural e industrial". O segundo acrescenta que "todas as grandes empreiteiras se beneficiam".

E continua longe do ideal o projeto de instalação de cisternas de placa em comunidades isoladas, que tem como objetivo 1,3 milhão de poços. Há poucos dias a Petrobrás anunciou um programa para 20 mil, em 210 municípios. Com os recursos da transposição já poderia haver cisternas construídas em todos os lugares necessitados.

Questões como essa precisam sempre trazer à mente palavras recentes como as do papa Francisco: nada se deve sobrepor aos problemas sociais; a prioridade absoluta é deles. Inclusive no Brasil, onde, pelos critérios da ONU, ainda temos dezenas de milhões de pessoas (boa parte delas no Semiárido) vivendo com renda abaixo da "linha da pobreza", cerca de R$ 100 mensais. Mesmo as que recebem Bolsa Família.

Em dez anos, só perdemos com o uso de transgênicos, afirma especialista – Site do MST. 13/08/2013

Por Camilla Hoshino

Página Jornada de Agroecologia

Em entrevista especial concedida à equipe de comunicação da 12ª Jornada de Agroecologia, Leonardo Melgarejo, engenheiro agrônomo e representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

(CTNBio), avaliou as mudanças decorrentes do uso de transgênicos na produção agrícola do Brasil.

Melgarejo desmitifica as promessas em relação ao aumento da produção e diminuição do uso de agrotóxicos. Também fala sobre os principais embates dentro da CTNBio, ressaltando o interesse comercial das empresas produtoras de semente nas pesquisas realizadas.

Confira a entrevista:

Em 2013, completa-se dez anos da liberação do uso e cultivo dos transgênicos no Brasil. Você poderia fazer um balanço deste cenário?

É difícil interpretar o impacto desses dez anos, mas o que se pode perceber é que os transgênicos são acompanhados de outras transformações na agricultura. De um lado, nós temos uma substituição da base produtiva, uma vez que não existe mais a multiplicidade de sementes que tínhamos para cada espécie. As poucas sementes são predominantemente transgênicas e os agricultores têm dificuldade de conseguir sementes não transgênicas.

Podemos dizer que as sementes transgênicas, transformadas, têm algumas características. Uma delas é permitir que as sementes tomem um banho de veneno sem morrer. No entanto, é um veneno que a semente absorve e circula dentro da planta. A planta carrega este veneno, desde o grão de pólen até a ponta da raiz, estando presente nos grãos que são colhidos.

Isto implica um risco para o consumidor, pois, se o milho, a soja ou qualquer planta for colhida antes do período de metabolização daquele veneno, ele vai para quem consome: para o frango, para o porco e para o ser humano.

Então, temos basicamente uma transformação na base da agricultura para plantas que, ou são venenosas para os insetos em si, ou seja, plantas que possuem proteínas inseticidas- as plantas Bt-, ou plantas que não morrem tomando um banho de veneno e carregam ele para o consumidor. Isso transformou o Brasil no principal consumidor mundial de agrotóxicos. O volume é de quase seis litros por pessoa, anualmente. É um absurdo, é veneno na comida.

Promessas não cumpridas

A produtividade não aumentou em função dos transgênicos, como se prometia. Os ganhos de produtividade da agricultura decorrem dos ganhos de produtividade que já existiam anteriormente aos transgênicos, pois há uma coevolução das plantas com a natureza.

O que acontece é que não se percebe isso claramente, porque não temos sementes não transgênicas em volume suficiente para fazer essa comparação. Quando uma planta não transgênica é transformada em transgênica para poder tomar um banho de veneno sem

morrer, ela não incorpora nenhuma vantagem que a faça mais produtiva. No máximo, permite que uma planta não perca parte da produtividade que ela poderia ter no ataque de insetos.

Dizer que a transgenia reduz ou elimina a necessidade do inseticida também é uma mentira, pois essas transformações transgênicas não matam todas as pragas da lavoura. Estimulam que as pragas que não eram importantes se tornem importantes, uma vez que as pragas que eram importantes desaparecem. Criam pragas resistentes que não morrem com esse veneno, com essas proteínas que estão dentro da planta. E criam plantas que não morrem com esses herbicidas, então, exigem a aplicação de novos e diferentes produtos químicos.

Efeito nocivo dos novos agrotóxicos

Os novos e diferentes produtos que têm surgido estão piores e mais perigosos que os anteriores. Nós estamos trocando a aplicação de centenas de milhares de glifosato por outras centenas de milhares de aplicação de litros de 2,4.D. A diferença é que o glifosato, mesmo com os problemas que causa, é classificado como um produto de baixa toxicidade. O 2,4D é de alta toxicidade. Ou seja, vamos passar a aplicar um produto que é classificado pelas empresas de saúde como extremamente tóxico, graças à transgenia. Sem a transgenia nós não teríamos isso.

Em dez anos, tivemos uma grande expansão no uso de venenos na agricultura. Os ganhos de produtividade não são compatíveis com a substituição das sementes que tínhamos pelas sementes transgênicas. Ou seja, perdemos com isso. As vantagens existem e são que os agricultores têm maior facilidade no trato das lavouras. E as desvantagens são os riscos para a saúde da população, a saúde dos agricultores, a saúde dos consumidores em geral.

Dentro deste contexto, qual tem sido o trabalho da CTNBio?

A função da CTNBio é avaliar o pedido que as empresas apresentam para autorização do uso de plantio comercial para transgênicos no Brasil. A CTNBio é uma comissão técnica, ela não teria como função dizer se pode ser usado ou não, essa função deveria ser do governo e, por lei, é do Conselho Nacional de Biossegurança.

A CTNBio avalia os pedidos que as empresas encaminham, os estudos que as empresas produzem. Portanto, a CTNBio avalia fundamentalmente os estudos feitos pelas empresas, que dizem que os produtos são bons, que não fazem mal e que são interessantes para o Brasil, concluindo, com base na opinião da maioria dos membros, se aqueles estudos são suficientes ou não.

Até o momento, na maior parte dos casos em que eu participei, o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário têm dito que esses estudos não são suficientes, que mais pesquisas são necessárias.

Mas outros membros da CTNBio, representantes do Ministério da Agricultura, do Ministério da Indústria e Comércio, do Ministério das Relações Exteriores, entre outros, têm dito que os estudos produzidos pelas empresas são suficientes. E como os estudos atestam que os transgênicos não causam problemas, a CTNBio, por maioria, tem aprovado todos os pedidos que vem entrando para a liberação dos transgênicos no Brasil.

Estudos insuficientes

É preocupante, pois houve casos em que as empresas pediram autorização em vários momentos diferentes. Por exemplo, houve estudos que foram avaliados pelos membros da CTNBio e, em dezembro, decidiu-se que o produto poderia ser comercializado no Brasil. A empresa relatou que o produto passou a ser comercializado em janeiro. Como isso é possível?

Se o plantio é autorizado hoje, a empresa deveria levar pelo menos uma safra produzindo sementes para vender. É impossível vender de imediato, no próximo mês. Só se houve produção durante os estudos, o que é ilegal. Aqueles estudos teriam que ser realizados para produzir informações e não sementes.

Não tenho o conhecimento disso, mas imagino que as empresas confiam que os produtos serão aprovados e se preparam para comercializá-lo. Elas têm confiança na decisão, porque acreditam que a maior parte dos membros da CTNBo não têm duvidas em relação a necessidade dessa tecnologia para o Brasil. Mesmo se representantes do Ministério da Saúde, do Ministério do Meio Ambiente, sistematicamente, peçam mais estudos - que não são encaminhados, porque a maioria desconsidera esse pedido.

Quais têm sido os principais embates dentro da CTNBio?

Os principais embates dentro da CTNBio têm sido sobre as próprias regras da CTNBio. Um dos focos do embate é que a CTNBio pede que todos os estudos de deliberação comercial no Brasil tenham testes de pesquisa de campo nos diversos biomas do país. Gostaríamos que isso fosse feito, mas a exigência de estudos prévios, com canteiros experimentais em todos os biomas nacionais, não é atendia.

Outro foco de embate é que a CTNBio exige que se faça estudos de longo prazo, durante duas gerações, com seres comendo esses produtos transgênicos. Mas esses estudos também não são realizados.

Outro debate é que os membros da CTNBio que pedem por mais estudos insistem que as pesquisas nutricionais realizados para os transgênicos sejam feitas com as plantas na forma como elas são criadas no mundo real. Se a planta foi transformada para que ela tomasse um banho de veneno sem morrer, não faz sentido testes nutricionais sem esse produto químico.

Porque não existe, no mundo real, plantação de milho transgênico sem a aplicação do veneno para o qual esse transgênico foi gerado. Mas, boa parte dos testes apresentadas

para a CTNBio de nutrição e de manifestação da sua inocuidade para a saúde são realizados na ausência do agrotóxico. Nós consideramos isso inadequado.

Este é um ponto forte de controvérsia. Eles estão avaliando o impacto da proteína transgênica no ser que a consome, mas exigimos que essa proteína seja acompanhada daquilo que compõe o pacote tecnológico, pois ela não existe sozinha. Nós avaliamos os estudos de segurança alimentar na ausência do pacote tecnológico como um todo.

Outro problema é que as normas da CTNBio exigem estudos com animais em gestação, pois um ser em formação é mais frágil e um impacto sobre um bebê no útero só vai ser percebido quando ele for um ser autônomo. Temos que ter estudos desde a gestação até a fase adulta, estudos durante duas gerações ou em fase de gestação, o que não foi feito com nenhum dos transgênicos liberados no Brasil, embora a norma exija.

Decisão por maioria

Mas como as decisões são tomadas por votos de maioria, a minoria perde. Com isso, as empresas têm a possibilidade de antecipar esse resultado de tal forma que, até o momento, ainda não houve caso de não aprovação.

Existiram apenas casos, como o do arroz transgênico, em que a empresa decidiu tirar o produto de votação antes que ela acontecesse. Como no caso do arroz transgênico, em que a Federação dos Produtores de Arroz, interpretando corretamente que o mercado europeu não iria importar aquele produto, fez pressão sobre a empresa e sobre o governo para que ele não entrasse em pauta.

Se a pessoa voto sistematicamente a favor de todos os estudos apresentados, aprovando-os, possivelmente ela irá se posicionar favoravelmente na posição final de liberação comercial.

Ou seja, quando a maior parte dos membros assume essa posição nas preliminares, é de se esperar que eles sustentem essa posição na votação principal. Com isso, podemos imaginar que, agora em agosto, o Brasil terá milho e soja tolerante ao 2,4D comercial, porque imaginamos que a maior parte dos membros se posicionará favoravelmente a esse pedido, caso entre em votação.

Pesquisas recentes da Universidade de Caen, na França, relacionaram a utilização de agrotóxicos com o desenvolvimento de câncer em ratos. Qual foi a repercussão desses estudos na CTNBio?

As pesquisas foram feitas com o milho NK603 da Monsanto, que é tolerante ao herbicida glifosato. Foi publicado, em 2012, um estudo feito por Gilles-Eric Séralini, professor de biologia molecular da Universidade de Caen.

O estudo identificou que ratos alimentados com milho transgênico NK603, na presença ou na ausência do herbicida glifosato apresentavam tumores cancerígenos com muito

maior frequência do que os ratos alimentados com milho comum, não geneticamente modificado.

A discussão na CTNBio foi acirrada, porque a maior parte dos membros consideraram os estudos ruins, inadequados. Esses membros apresentaram os mesmos argumentos que a Monsanto utilizou quando criticou os estudos do pesquisador francês. Disseram que o pesquisador francês não deveria ter usado aquele tipo de rato, pois é um rato muito sujeito ao câncer. Também disseram que o pesquisador fez testes de muito longo prazo e, como o rato já é sujeito ao câncer, iria aparecer de qualquer jeito.

Entretanto, o pesquisador usou o mesmo tipo de rato que a Monsanto usou nos testes que mostraram que o produto não causava câncer. Sérralini diz que os testes da Monsanto pararam em 90 dias, e que em seus ratos os sinais de câncer começaram a surgir depois do noventa dias.

Vale ressaltar que existem substâncias que com o consumo a curto prazo, não induzem o câncer, mas em longo prazo sim. O argumento do pesquisador é que os ratos tiveram câncer, mas o câncer começou mais cedo e numa forma muito mais expressiva nos ratos que se alimentaram com milho transgênico.

O câncer verificado também se apresentou na forma de um disruptor endócrino, que está associado à formação hormonal do indivíduo: as fêmeas apresentaram câncer nas glândulas mamárias, os machos tiveram câncer no rim e no fígado.

Aparentemente, podemos dizer que esses produtos estão associados a pequenas transformações que se potencializam ao longo do tempo e se expressam nas fases de grandes transformações hormonais, na puberdade, na menopausa, na andropausa.

E também podem ter esse impacto importante na formação. São estudos realizados por pesquisadores independentes, que são contrariados pela maioria dos pesquisadores que são contratados nos processos, produzidos pelas empresas ou de maneira associada aos interesses comerciais.

AIAF e Combate à Fome são temas de reunião entre CONTAG e FAO – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 15/08/2013

O presidente da CONTAG, Alberto Broch, esteve reunido na manhã de hoje, 15 de agosto, com o diretor geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Graziano da Silva. Neste encontro, duas questões importantes foram discutidas. A primeira foi o combate à fome no mundo. "A fome é uma das grandes vergonhas do mundo, nos âmbitos nacional e mundial, e a CONTAG tem grande preocupação com as campanhas e ações de combate à fome", diz o presidente, que levou a preocupação ao diretor geral da FAO.

A outra questão foi ressaltar a importância da FAO se envolver nas campanhas do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), em 2014, se posicionar sobre as questões que referem-se à garantia da soberania e segurança alimentar no mundo. "Estas campanhas são muito importantes para a agricultura familiar como um todo e precisamos evidencia e valorizar o potencial e o papel da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis e de boa qualidade para garantir a soberania e segurança alimentar dos povos, principalmente dos que vivem nos países mais pobres", destaca Broch.

Relatório aponta riscos associados ao consumo de plantas transgênicas – Site do MST. 15/08/2013

Da AS-PTA

Em julho de 2013, foi publicado um novo relatório a respeito dos riscos associados ao consumo de plantas transgênicas. O documento intitulado "Levantamento e análise de estudos e dados técnicos referentes ao consumo de plantas transgênicas: o caso do NK603", de autoria do pesquisador Gilles Ferment, foi publicado pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD) do Ministério do Desenvolvimento Agrário e realizado com o apoio do Órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Ferment apresenta uma síntese das descobertas publicadas na literatura científica, tanto sobre os riscos gerais ligados ao próprio processo de transgenia, como sobre os riscos relacionados ao consumo de plantas que sintetizam uma toxina Bt (tóxica a lagartas) e/ou toleram altas doses de herbicidas – juntos, esses dois tipos de plantas representam quase a totalidade dos transgênicos plantados no mundo.

Na segunda parte do relatório, o autor aprofunda a questão dos riscos associados ao consumo do milho NK603, tolerante aos herbicidas a base de Roundup. Esse milho foi objeto de avaliação toxicológica independente realizada por pesquisadores franceses, que apontou riscos sanitários graves relacionados ao consumo do produto no longo prazo.

O autor ressalta que, embora a literatura científica sobre riscos dos transgênicos à saúde sempre tenha sido relativamente escassa, o volume de publicações científicas sobre o tema aumentou consideravelmente nos últimos anos e, atualmente, existem mais de cem estudos de toxicidade focados no consumo de ração à base de diferentes plantas transgênicas.

Um dado importante obtido da avaliação desses estudos é que, embora exista um equilíbrio entre os estudos que apontam para riscos para a saúde e aqueles que concluem pela ausência de riscos, a maioria dos estudos que consideram as plantas transgênicas

avaliadas tão seguras quanto as plantas convencionais foram realizados pelas empresas de biotecnologia que comercializam esses produtos.

Com relação aos riscos relacionados ao próprio processo da transgenia, Ferment observa que são amplamente documentadas na literatura científica as alterações indesejadas nas sequências genômicas que são transferidas através da modificação genética. Essas alterações são devidas ao fato de o processo de transgenia atualmente empregado constituir uma ferramenta de biologia molecular bastante aleatória e imprecisa. Além disto, a experiência mostra que a integridade do transgene após processo de inserção na célula hospedeira é raramente preservada.

Ferment destaca que, mesmo se melhorias técnicas forem realizadas no direcionamento da inserção de transgenes no DNA de células vegetais, a falta de conhecimento científico relativo ao funcionamento global do genoma impede os pesquisadores de determinar um local de inserção isento de desdobramentos biológicos não desejados. Descobertas recentes a respeito das funções do chamado "DNA lixo" (que representa cerca de 98% do genoma humano, por exemplo) apontam que não existe local no genoma do organismo a ser transformado onde a transgenia não irá alterar a expressão gênica de um ou vários processos biológicos.

Na parte do relatório dedicada aos riscos específicos associados ao consumo de plantas geneticamente modificadas para produzir uma toxina inseticida Bt, têm destaque as evidências científicas demonstrando que, ao contrário do que alegam a indústria e os cientistas defensores da tecnologia, essas proteínas são biologicamente ativas em humanos que consomem as plantas Bt. O autor cita estudos realizados em laboratório que demonstraram que as proteínas Bt podem desencadear uma reação imune ou favorecer respostas imunológicas a outras substâncias, bem como estudos cujos resultados apontam que a suposta total degradação das proteínas Bt durante o processo de digestão em mamíferos não ocorre na realidade.

O autor acrescenta que a maioria dos estudos toxicológicos realizados com cobaias animais disponíveis na literatura científica aponta para a existência de perturbações metabólicas e/ou fisiológicas relacionadas ao consumo de plantas inseticidas.

Entre os riscos específicos associados ao consumo de plantas geneticamente modificadas para tolerar altas doses de herbicidas detalhados pelo autor está, em primeiro lugar, o significativo aumento do volume de herbicidas verificado nessas lavouras e o consequente aumento do consumo de resíduos de herbicidas pelos humanos. Ferment destaca em seguida a questão da subestimação da classificação toxicológica dos herbicidas a base de glifosato, uma vez que já existem atualmente na literatura científica dezenas de estudos que apontam danos toxicológicos em animais ou em células humanas associados ao contato com o glifosato e suas formulações comerciais como o Roundup.

Por fim, a esse respeito, o autor lista uma grande quantidade de exemplos de estudos científicos que apontam a existência de perturbações metabólicas e endócrinas

resultantes do consumo de plantas transgênicas tolerantes a herbicidas (HT). No caso da soja RR, por exemplo, pesquisas de longo prazo observaram uma diminuição das enzimas digestivas (pâncreas), alterações da estrutura celular e da expressão gênica em vários tecidos/órgãos (rins e fígado principalmente) e o aumento da atividade metabólica do fígado. Um dos estudos citados observou alteração na estrutura e função dos testículos em ratos que consumiram a soja.

Outros trabalhos referidos levantam graves questões em relação a perturbações endócrinas provavelmente resultantes do consumo de plantas transgênicas HT. Têm destaque, nesse caso, os resultados obtidos pela pesquisa francesa a respeito do milho NK603, tolerante à aplicação do herbicida Roundup (a base de glifosato). O aprofundamento da análise desse estudo é justamente o foco da segunda parte do relatório de Ferment.

O autor ressalta que a pesquisa francesa de toxicologia, realizada pela equipe do professor Gilles-Eric Séralini, foi a única até hoje a analisar os efeitos do consumo de um milho transgênico HT durante período correspondente à vida inteira de um animal modelo (neste caso, o rato). O estudo comprovou cientificamente a existência de perturbações endócrinas e anormalidades hepato-renais nos ratos alimentados com o milho NK603, com e sem o herbicida Roundup, provavelmente indutores de cânceres hormônio-dependentes nesses mesmos animais. As perturbações metabólicas e fisiológicas envolvendo mecanismos hormonais eram sexo-dependentes: nas fêmeas, onde os efeitos de perturbação endócrina foram mais pronunciados, a hipófise foi o segundo órgão mais afetado, após as glândulas mamárias, que desenvolveram a maioria dos tumores observados. Tais perturbações sexo-dependentes não são inusitadas e já haviam sido relatadas em artigos anteriores publicados pela equipe do professor Séralini.

Também foram observados efeitos citotóxicos: os processos de necrose e de congestão do fígado foram 2,5 - 5,5 vezes maiores nos machos de determinados grupos testes. Além disso, as análises bioquímicas revelaram graves perturbações nas funções renais, em ambos os sexos, totalizando 76% dos parâmetros alterados monitorados no estudo.

Ferment discute ainda a polêmica que se seguiu à publicação do estudo, aprofundando questões como escolha da raça de ratos utilizada, o número de animais usados nos experimentos e a metodologia estatística empregada.

Por fim, o autor aborda o processo que levou à liberação comercial do milho NK603 no Brasil em 2008, a despeito de terem sido apresentados vários pareceres contrários à liberação e críticas de membros da própria Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). A maioria das críticas apontava a ausência de provas científicas a respeito da inocuidade do produto para o meio ambiente e a saúde pública. O milho foi aprovado apesar dos votos contrários dos representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Saúde e dos representantes da sociedade civil para o meio ambiente e a saúde.

Ferment destaca que, após a publicação do artigo de Séralini, várias entidades da sociedade civil solicitaram aos poderes públicos a reavaliação do milho NK603 no Brasil, mas que, por 14 votos contra 4, a CTNBio rejeitou tanto a reavaliação quanto a suspensão do cultivo comercial dessa variedade. O autor observa que processos idênticos aconteceram em vários países do mundo.

A grande novidade decorrente da divulgação do estudo de Séralini foi a recente publicação de um edital pela União Europeia, no valor de 3 milhões de euros, com o objetivo conduzir uma pesquisa sobre efeitos carcinogênicos desse milho transgênico.

Em suma, a história tem mostrado que o ditado "quem procura, acha" não poderia ser mais pertinente à questão dos riscos relacionados ao consumo de alimentos transgênicos. Não há dúvidas de que, se realizadas com rigor e independência, as novas pesquisas financiadas pela UE irão engrossar o caldo das evidências científicas a respeito das consequências dos transgênicos para a saúde pública. Esperemos que, ainda que aos poucos, essas evidências possam reverter o quadro atual de desregulamentação e utilização em larga escala de transgênicos em nossa agricultura e alimentação.

Nova geração de transgênico anima a Dow AgroSciences. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 16/08/2013

A Dow AgroSciences está colocando todas as fichas em um novo transgênico e na renovação de um antigo - e controverso - agrotóxico para desafiar a hegemonia da tecnologia Roundup Ready, da Monsanto, nas plantações de soja e milho.

Em seu quartel general em Indianápolis, capital do Estado americano de Indiana, a companhia trata o projeto batizado de "Enlist" como o maior, mais caro e mais complexo de sua história, supostamente capaz de colocá-la entre as três maiores do mundo no segmento de químicos e sementes nos próximos anos.

O Enlist é baseado em uma modificação genética (realizada com a inserção de três genes externos no DNA das plantas) que torna as lavouras resistentes à aplicação de três herbicidas que juntos são capazes de matar praticamente todos os tipos de plantas: o glifosato, o glufosinato de amônia e o 2,4-D.

A ideia é que os agricultores possam recorrer a uma combinação desses produtos químicos para combater as ervas daninhas que disputam espaço, água e nutrientes do solo com as lavouras. Além de sementes de soja, milho e algodão com essa característica, a Dow AgroSciences venderá a mistura patenteada do glifosato com uma nova versão do 2,4-D.

Segundo o presidente global da companhia, o espanhol Antonio Galindez, o projeto Enlist pode gerar um retorno líquido de mais de US$ 1 bilhão para a Dow AgroSciences, que no ano passado faturou US$ 6,4 bilhões com a venda de defensivos agrícolas e sementes em todo o mundo. A expectativa é que a nova tecnologia assegure

metade do crescimento esperado para a divisão nos próximos sete anos. Até 2020, a AgroSciences espera elevar o faturamento anual para US$ 12 bilhões.

Para isso, porém, a empresa terá de driblar a forte oposição de grupos de proteção ao meio ambiente, que temem o uso em grande escala do 2,4-D - ingrediente do famigerado "agente laranja", desfolhante usado pelo exército americano na Guerra do Vietnã (ver matéria abaixo).

A Dow está de olho no que aparenta ser uma transição tecnológica. Atualmente, mais de 90% das plantações de soja e milho nos EUA têm uma modificação genética batizada de Roundup Ready (RR), que as torna capazes de sobreviver ao glifosato. No Brasil, o transgênico está presente em 90% da soja e em pelo menos três quartos do milho.

Lançada em 1996, a tecnologia RR transformou a Monsanto, também americana, na maior empresa de biotecnologia agrícola do mundo e tornou o glifosato o defensivo mais comercializado.

O problema é que o glifosato, que facilitou o manejo e reduziu drasticamente os custos com o controle de ervas daninhas no campo, vem se tornando cada vez menos eficaz após anos de uso indiscriminado. Segundo a consultoria Stratus Agri-Marketing, a área infestada por plantas resistentes ao agente químico no cinturão agrícola americano saltou de 12,7% para 23,6% entre 2010 e 2012. O fenômeno também se torna mais intenso na Argentina e no Brasil - sobretudo no Sul, onde o glifosato é aplicado há mais tempo.

Diante desse cenário, companhias como Dow, Bayer CropScience, Syngenta e a própria Monsanto têm investido centenas de milhões de dólares em busca de produtos capazes de suceder o RR. A aposta da Dow é que o uso combinado do glifosato com o 2,4-D praticamente eliminará o problema de resistência a herbicidas nas lavouras.

"Acreditamos que o Enlist pode ser a próxima tecnologia para o controle de ervas e que podemos ser um grande, grande player nesse mercado", afirma Galindez.

O executivo não revela quanto a Dow investiu no projeto, que começou a ser desenvolvido há 13 anos, mas no mercado se estima que o custo de desenvolvimento de um novo transgênico ou defensivo químico oscile na casa dos US$ 250 milhões. "Trata-se de um projeto complexo, que combina biotecnologia, sementes e defensivos agrícolas". Ao todo, a AgroSciences investe cerca de 10% do seu faturamento global anual em pesquisa e desenvolvimento.

Embora envolva também a venda de defensivos, a expectativa da Dow é que o Enlist acelere seu crescimento no mercado de sementes e biotecnologia, que ainda responde por apenas um quinto de sua receita. A expectativa é que essa participação chegue a pelo menos um terço até o fim da década, ou US$ 4 bilhões.

Rolando Meninato, executivo que comanda a operação global de sementes da Dow, afirma que as vendas da companhia no segmento cresceram a uma taxa anual da ordem

de 25% a 30% nos últimos cincos anos, até três vezes mais do que o negócio de defensivos. Com isso, a multinacional saltou da 11ª para a quinta posição no ranking das empresas de sementes e biotecnologia, atrás de Monsanto, Pioneer (DuPont), Syngenta e Bayer. "Até o fim da década queremos ser os terceiros", revela Meninato.

A aposta acompanha uma tendência. Nos últimos cinco anos, as vendas globais de defensivos agrícolas em geral aumentaram 17%, enquanto as de sementes e biotecnologia saltaram 64%, segundo a consultoria americana Phillips McDougall. Só em 2012, este mercado movimentou US$ 49,2 bilhões, superando pela primeira vez o de defensivos, estimado em US$ 47,4 bilhões.

A princípio, o grande adversário da Dow deverá ser a própria Monsanto, que desenvolveu uma transgenia (batizada de "Roundup Ready 2 Xtend") que torna as lavouras resistentes aos herbicidas glifosato e dicamba. Em parceria, Bayer e Syngenta também iniciaram o processo de registro de uma nova soja transgênica resistente a múltiplos herbicidas (mesotrione, glufosinato de amônia e isoxaflutole), que não deve chegar ao mercado antes de 2020.

O jornalista viajou a convite da empresa

Dow tenta contornar a fama do agente laranja. Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico, Agronegócios. 16/08/2013

A Dow AgroSciences considera que poderá avançar no mercado com um novo transgênico e na renovação de um antigo - e controverso - agrotóxico, desafiando a hegemonia da tecnologia Roundup Ready, da Monsanto, nas plantações de soja e milho.

Na sua sede em Indianápolis, a companhia trata o projeto batizado de "Enlist" como o maior, mais caro e mais complexo de sua história, supostamente capaz de colocá-la entre as três maiores do mundo no segmento de químicos e sementes nos próximos anos.

O Enlist é baseado em uma modificação genética que torna as lavouras resistentes à aplicação de três herbicidas que, juntos, são capazes de matar praticamente todos os tipos de plantas - entre eles o 2,4-D. Segundo o presidente global da companhia, Antonio Galindez, o projeto pode gerar um retorno líquido de mais de US$ 1 bilhão para a Dow AgroSciences, que no ano passado faturou US$ 6,4 bilhões com a venda de defensivos e sementes em todo o mundo.

Para atingir suas metas, a empresa terá de driblar a forte oposição de grupos ligados ao meio ambiente, que temem o uso em grande escala do 2,4-D - ingrediente do famigerado agente laranja, desfolhante usado pelo exército americano na Guerra do Vietnã.

PAA atende mais de 128 mil produtores familiares. Thais Margalho e Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 20/08/2013

Em todo o ano de 2012 a Companhia Nacional de Abastecimento atendeu mais de 128 mil produtores pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Foram investidos recursos na ordem de R$ 586,5 milhões e atendidos cerca de 2,6 mil projetos. Os estados que o maior número de produtores atendidos no ano foram São Paulo (18,5 mil), Rio Grande do Sul (17,5 mil) e Santa Catarina (12,2 mil).

O valor do investimento é variável com as características da produção de cada estado – quanto mais beneficiado o produto adquirido, mais elevado o preço. Assim, um estado com um menor número de produtores pode ter um maior valor investido.

Quanto ao volume de investimentos, os estados que receberam maior destaque foram Rio Grande do Sul (R$ 115,6 milhões), São Paulo (R$ 74,4 milhões) e Santa Catarina (R$ 53 milhões). No número de projetos, lideram o ranking São Paulo (417 projetos), Bahia (231) e Rio Grande do Norte (214).

Por regiões

A região Sul foi a que teve maior número de produtores atendidos – cerca de 42 mil pequenos agricultores; seguida da região Nordeste (37 mil) e da região Sudeste (32 mil). Já a região Centro-Oeste teve 9,5 mil produtores atendidos e a região Norte 8 mil. Em cada região, os estados que ficaram à frente no ranking foram: Rio Grande do Sul (17,5 mil); Bahia (10,4 mil); São Paulo (18,5 mil); Mato Grosso (4,5 mil) e Pará (2 mil).

Quanto ao volume de recursos, a região Sul recebeu o maior investimento, com mais de R$ 220 milhões; seguida da região Nordeste (R$ 154,9 milhões) e da região Sudeste (R$ 131,7 milhões). A região Centro-Oeste recebeu R$ 44 milhões e o Norte recebeu R$ 36 milhões. Em cada região, os estados que ficaram à frente no ranking foram: Rio Grande do Sul (R$ 115,6 mi), Bahia (R$ 40,4 mi), São Paulo (R$ 74,4 mi), Mato Grosso (R$ 19,4 mi) e Pará (R$ 9,7 mi).

Já em relação ao número de projetos atendidos no período, a região Nordeste fica na frente, com 1017, seguida do Sudeste (747) e do Sul (421). A região Centro-Oeste atendeu 219 projetos e o Norte 198. Em cada região, os estados que ficaram à frente no ranking foram: Bahia (231), São Paulo (417), Santa Catarina (176), Mato Grosso (101), e Pará (68).

2013

Até o dia 20 de agosto deste ano, a Conab já operou mais de R$ 60 milhões em aquisições de produtos de 237 projetos do PAA. Com isso cerca de 12 mil produtores familiares foram beneficiados pelo programa. Segundo técnicos da Companhia, a tendência é de haver uma maior procura dos agricultores pelo PAA no segundo semestre. A expectativa é operar R$ 700 milhões em 2013.

Seminário Internacional debate programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 21/08/2013

Experiência brasileira teve destaque no evento, que discute estratégias de cooperação internacional no setor

Brasília, 21 – As ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foram destacadas na terça-feira (20), em Brasília, como casos de políticas públicas bem-sucedidas, durante Seminário Internacional Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis para América Latina e Caribe. Promovido pelo governo brasileiro em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o evento – que termina nesta quarta-feira (21) – reúne ministros de estado, autoridades governamentais e representantes de organizações nacionais e estrangeiras.

O pioneirismo brasileiro em realizar a compra governamental de produtos da agricultura familiar foi apresentado pelo secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnoldo de Campos. "Somos o primeiro país latino-americano a instituir essa prática, com excelentes resultados", comemorou. Segundo Arnoldo Campos, em 2012 o PAA investiu quase R$ 1 bilhão na compra de alimentos da agricultura familiar produzidos por 177 mil agricultores brasileiros.

Desde 2009, a metodologia de compra do programa, assim como as referências de preços de mercado, passou a ser empregada também no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), coordenado pelo Ministério da Educação (MEC). Hoje, pelo menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassados para a alimentação escola, devem ser utilizados em compras diretas da agricultura familiar. Com isso, os produtos do setor chegam a quase 45 milhões de estudantes matriculados em cerca de 190 mil escolas da rede pública.

Consea – O papel do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) no processo de construção de políticas públicas também foi destaque no evento. "Defendemos a segurança alimentar baseada no princípio do Direito Humano à Alimentação Adequada", pontuou a presidente do Consea, Maria Emília Pacheco, representante da sociedade civil no Conselho.

O Seminário Internacional tem como foco discutir diretrizes e estratégias de cooperação internacional para implantação e fortalecimento dos programas da segurança alimentar escolar em 11 países da América Latina e Caribe - Antigua y Barbuda, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru e República Dominicana.

PAA atende mais de 128 mil produtores familiares. Thais Margalho e Flávia Agnello – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 22/08/2013

A região Sul foi a que teve maior número de produtores atendidos, cerca de 42 mil pequenos agricultores

A Companhia Nacional de Abastecimento atendeu mais de 128 mil produtores pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2012. Foram investidos recursos na ordem de R$ 586,5 milhões e atendidos cerca de 2,6 mil projetos. Os estados que o maior número de produtores atendidos no ano foram São Paulo (18,5 mil), Rio Grande do Sul (17,5 mil) e Santa Catarina (12,2 mil).

O valor do investimento é variável com as características da produção de cada estado – quanto mais beneficiado o produto adquirido, mais elevado o preço. Assim, um estado com um menor número de produtores pode ter um maior valor investido.

Quanto ao volume de investimentos, os estados que receberam maior destaque foram Rio Grande do Sul (R$ 115,6 milhões), São Paulo (R$ 74,4 milhões) e Santa Catarina (R$ 53 milhões). No número de projetos, lideram o ranking São Paulo (417 projetos), Bahia (231) e Rio Grande do Norte (214).

Por regiões

A região Sul foi a que teve maior número de produtores atendidos – cerca de 42 mil pequenos agricultores; seguida da região Nordeste (37 mil) e da região Sudeste (32 mil). Já a região Centro-Oeste teve 9,5 mil produtores atendidos e a região Norte 8 mil. Em cada região, os estados que ficaram à frente no ranking foram: Rio Grande do Sul (17,5 mil); Bahia (10,4 mil); São Paulo (18,5 mil); Mato Grosso (4,5 mil) e Pará (2 mil).

Quanto ao volume de recursos, a região Sul recebeu o maior investimento, com mais de R$ 220 milhões; seguida da região Nordeste (R$ 154,9 milhões) e da região Sudeste (R$ 131,7 milhões). A região Centro-Oeste recebeu R$ 44 milhões e o Norte recebeu R$ 36 milhões. Em cada região, os estados que ficaram à frente no ranking foram: Rio Grande do Sul (R$ 115,6 mi), Bahia (R$ 40,4 mi), São Paulo (R$ 74,4 mi), Mato Grosso (R$ 19,4 mi) e Pará (R$ 9,7 mi).

Já em relação ao número de projetos atendidos no período, a região Nordeste fica na frente, com 1017, seguida do Sudeste (747) e do Sul (421). A região Centro-Oeste atendeu 219 projetos e o Norte 198. Em cada região, os estados que ficaram à frente no ranking foram: Bahia (231), São Paulo (417), Santa Catarina (176), Mato Grosso (101), e Pará (68).

2013

Até o dia 20 de agosto deste ano, a Conab já operou mais de R$ 60 milhões em aquisições de produtos de 237 projetos do PAA. Com isso cerca de 12 mil produtores

familiares foram beneficiados pelo programa. Segundo técnicos da Companhia, a tendência é haver uma maior procura dos agricultores pelo PAA no segundo semestre. A expectativa é operar R$ 700 milhões em 2013.

Ministério fará compra institucional de produtos de cooperativas da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/08/2013

Em setembro, o ministério vai liberar recursos para a primeira chamada pública da modalidade de Compras Institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Produtos irão compor cestas de alimentos, distribuídas a 400 mil famílias no país.

Brasília, 23 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), fará sua primeira chamada pública para compra de alimentos produzidos por cooperativas de agricultores familiares, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Os produtos serão utilizados para a composição de cestas de alimentos, distribuídas a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar. Os primeiros editais de Compras Institucionais deverão ser publicados em setembro.

Criada em 2012, a nova modalidade permite que municípios, estados e órgãos federais adquiram alimentos diretamente das cooperativas, com dispensa de licitação. Com isso, ela desburocratiza o sistema de compras, além de desenvolver a economia regional. A medida ampliou as perspectivas de ganhos anuais das famílias de agricultores. Hoje, elas podem vender ao PAA até R$ 24 mil por ano, dos quais R$ 8 mil por meio da modalidade de Compras Institucionais.

"O PAA é o maior programa de compras públicas da agricultura familiar. O programa estimula a organização dos agricultores familiares e amplia os canais de comercialização, além de proporcionar à população em vulnerabilidade social o acesso a alimentos mais saudáveis e frescos. A vantagem do modelo de compra institucional está na economia regional mais dinâmica: quem está mais próximo da demanda pode garantir melhores preços, com custo menor de distribuição" explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnoldo de Campos.

Na primeira semana de agosto, o MDS reuniu, em Brasília, um grupo de representantes de cooperativas da agricultura familiar para discutir sobre a primeira chamada pública. O encontro serviu para mobilizar essas organizações com a antecedência necessária do início do ciclo de produção. Assim, elas podem planejar o plantio de alimentos para atender à demanda dos editais que serão lançados.

As cestas de alimentos são distribuídas a cerca de 400 mil famílias em situação de insegurança alimentar, além de atender a demandas urgentes, como nos casos de calamidade pública. Em média, cada cesta contém 22 kg de alimentos. A previsão do

MDS é adquirir, até meados de 2014, 52,8 mil toneladas de produtos para compor as cestas de alimentos, com investimento previsto de R$ 130 milhões.

Critérios – Poderão participar das chamadas públicas de Compra Institucional do PAA as cooperativas e outras organizações de agricultura familiar que possuam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de pessoa jurídica. Além delas, podem participar agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidade tradicionais com a DAP de pessoa física. Os critérios e exigências para as chamadas serão estabelecidos pela Conab levando em conta a demanda de alimentos para a distribuição de cada região.

Programas sociais garantem segurança alimentar de comunidades pesqueiras no Pará – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 27/08/2013

Em Soure (PA), o Bolsa Família e Bolsa Verde complementam a renda de famílias pobres da comunidade Caju-una, que vivem da exploração de recursos naturais. Mutirão pretende localizar e incluir nos programas outras 350 famílias no município.

Soure, 27 – Por muito tempo, a alimentação das famílias na comunidade Caju-una, na Reserva Extrativista Marinha de Soure (PA), foi basicamente composta de pescado. Mas esta realidade está mudando com os programas de transferência de renda do governo federal. Os programas Bolsa Família e Bolsa Verde são os principais responsáveis por melhorar a alimentação das 52 famílias que vivem nas palafitas construídas às margens do mangue.

No Pará, o Mutirão Bolsa Verde, coordenado pelos ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Meio Ambiente (MMA) está percorrendo 27 municípios, nas regiões de Santarém, Marajó, Salgado Paraense, Porto de Moz, Gurupá, Afuá, Baixo Tocantins e Soure. O objetivo é localizar e incluir no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal cerca de 30 mil famílias extremamente pobres, que vivem em áreas de preservação ambiental e tiram seu sustento dos recursos naturais.

Em Soure, cerca de 350 famílias ainda precisam ser incluídas no Cadastro Único para terem direito a programas como o Bolsa Família e o Bolsa Verde. Na cidade, um limão chega a custar R$ 0,25, e o quilo da farinha, R$ 8. O dinheiro dos programas sociais é usado para comprar produtos como arroz, feijão, macarrão, café, açúcar e a farinha, que é tradicionalmente o principal acompanhamento da mesa paraense.

"Quando chegou o Bolsa Família pela primeira vez, que foi R$ 128, até chorei de tanta alegria do tanto que eu rezava a Deus para que o recebesse, eu não sei mesmo como a gente vivia. Eu fiz compras pra casa, não tinha nada em casa nesse dia. Fomos eu e ele (o marido) para Soure e fizemos compras, trouxemos feijão, açúcar, café e uma carne. Trouxemos carne nesse dia pra casa. Fazia tempo que a gente não comia uma carne, era

só peixe mesmo", lembra a beneficiária Maria Ivanil Leal da Conceição, de 45 anos, que tem nove filhos, dos quais seis moram com ela.

"Hoje, em casa, não falta arroz, feijão e nem a farinha, graças a Deus", comemora. Quando chega o dinheiro do Bolsa Verde, R$ 300 a cada trimestre, a compra do supermercado é reforçada. Maria Ivanil arrumou um emprego como servente na escola municipal da comunidade e recebe um salário mínimo, mas, como a renda da pesca do marido não é certa, a família ainda está dentro dos critérios de elegibilidade dos programas sociais.

A casa da família é pequena: são oito pessoas em um ambiente de três cômodos. Os únicos eletrodomésticos são o fogão e o freezer, que foram comprados com o dinheiro do pescado do marido, Raimundo Edson de Brito, de 61 anos. Sem barco próprio, ele depende da parceria com outros pescadores. O que a esposa recebe do Bolsa Família garante as refeições do dia a dia, porque nem sempre há peixe na mesa. Uma pescaria pode durar até vinte dias na foz do rio Paracauari.

"É a minha esposa que recebe o Bolsa Família e o Bolsa Verde, eu não recebo nada. Mas eu sou feliz porque ela e a gente come tudo junto, ela de qualquer forma mantém (a família)", diz o pescador. "Quando a gente sai lá pra fora, não temos condições de ver o que tem no fundo. Lança a rede na água e a esperança é de que corra tudo bem, pesque bastante peixe, mas nem sempre isso acontece. Às vezes a rede engata num pau ou pedra e rasga, é assim que funciona a pescaria", conta.

No dia em que o mutirão chegou à comunidade Caju-una, a família optou por almoçar o peixe pescado pelo seu Raimundo com o pirão de farinha comprado com o dinheiro do Bolsa Família. "Hoje vamos comer peixe com pirão, mas tem dias que a gente varia e come feijão com charque que a gente compra na cidade", conta orgulhosa Maria Ivanil. O mutirão Bolsa Verde no Pará prossegue até o final de setembro.

Alimentação, saúde, emprego e sustentabilidade. Paulo Kliass – Site da Agência Carta Maior. 29/08/2013

Algumas notícias divulgadas pela imprensa nos últimos tempos têm apresentado sua contribuição para um debate fundamental. Já passou da hora de encararmos com coragem a questão da qualidade de tudo aquilo que comemos e de sua relação estreita com outros aspectos de nossa vida, seja no plano individual, seja na organização em sociedade. Afinal, a frase "somos o que comemos" é atribuída a Hipócrates, há mais de 2 mil anos atrás.

A pesquisa periódica realizada pelo Ministério da Saúde (Vigitel) revela que 51% da população apresentam sobrepeso e que 17% já atingiram o limite da obesidade. Um dos principais fatores para esse quadro de agravamento da saúde é a alimentação, segundo os especialistas. Na pesquisa de 2006 os índices eram, respectivamente, 46% e 11%. Esses dados só fazem confirmar as hipóteses de que nem sempre a melhoria no quadro

de distribuição de renda tem como contrapartida um avanço efetivo em termos de qualidade de vida.

Um conhecido profissional e divulgador da gastronomia conseguiu comprovar aquilo que boa parte dos meios mais esclarecidos já sabia há muito tempo. O processo de fabricação dos alimentos de um importante conglomerado mundial de lanches rápidos é uma falácia, que provoca prejuízos à saúde de quem para ali se dirige com objetivo de realizar suas refeições. A utilização de produtos impróprios ao consumo humano é prática corrente no setor de alimentos e envolve também o consumo de ingredientes nos estabelecimentos de varejo, para elaboração das refeições em ambiente doméstico.

Alimentação e riscos para a saúde

Os riscos a que os indivíduos estão submetidos vão desde a ingestão de ingredientes tóxicos derivados do processo de industrialização de comidas e bebidas até a exposição de seu organismo a substâncias venenosas presentes nos alimentos adquiridos no comércio. No primeiro caso, trata-se de processos de transformação das matérias-primas envolvendo produtos considerados estranhos ao ciclo alimentar e que atuam como maximizadores da suposta "eficiência" produtiva industrial. No segundo caso, são considerados os produtos que incorporam derivados de agrotóxicos, fertilizantes, vacinas, hormônios artificiais, produtos transgênicos e tantas outras transformações associadas ao modo não-orgânico e artificial de operar as atividades agrícola, avícola e pecuária.

Todo esse processo de transformação da forma pela qual o ser humano se alimenta não é novidade. Na verdade, obedece a um processo histórico de desenvolvimento das formas de viver e produzir em sociedade, desde quando deixamos de ser simples coletores e caçadores no ambiente natural. Ocorre, porém, que alguns limites começam a ser ultrapassados nessa busca insana do avanço tecnológico e da chamada "dominação do homem sobre a natureza". Assim como o aprofundamento da produção industrial compromete cada vez mais o meio-ambiente por conta dos diferentes mecanismos de poluição, as soluções para a alimentação também começam a apresentar a sua fatura.

Uma consequência trágica e evidente refere-se à saúde pública. A alimentação derivada do processo industrial descontrolada obedece ao interesse do lucro e não às necessidades da maioria da população. Basta lembrarmos os efeitos provocados pelas campanhas da década de 1960, quando as multinacionais dos alimentos começaram a divulgar os "benefícios" do leite em pó para bebês. Apesar de ter seu espaço de aceitação reduzido atualmente, o fato é que várias gerações foram prejudicadas por evitarem a amamentação com leite materno e adotarem o leite em pó. Para tanto, criou-se o conhecido "consenso dos especialistas" em torno das especificidades das questões técnicas. Leite em pó era considerado melhor em termos nutricionais, e ponto final.

Indústria alimentícia e transgênicos

A saúde das pessoas também está sendo seriamente comprometida em razão da ingestão crescente e descontrolada desse universo de produtos industrializados que desrespeitam o equilíbrio natural e metabólico. Cada vez mais se lança mão de produtos contendo em suas fórmulas todo o tipo de substâncias artificiais, sempre atuando como corantes, acidulantes, flavorizantes, antioxidantes, emulsificantes, umectantes, aromatizantes, estabilizantes etc. e tal.

O princípio jurídico da precaução deveria ser uma condição sine quae non para enfrentar a generalização do uso de alimentos envolvendo experiências com sementes geneticamente modificadas. Isso significa que a aceitação dos possíveis benefícios proporcionados pelo desenvolvimento científico e tecnológico deveria ser precedida pela confirmação experimental a respeito da ausência de danos para a saúde dos indivíduos. Porém, o poderoso "lobby" da indústria de vários setores (agronegócio, alimentação, química, entre outras) tem conseguido vitórias importantes para fazer valer seus interesses. Os malefícios para a saúde pública só são sentidos nas gerações seguintes, como é o caso das evidências de elevadas taxas de incidência de patologia cancerígena de diversos tipos.

O argumento econômico também é incorporado ao debate. Haveria ganhos de escala no uso intensivo do transgênico, além da aplicação intensiva de fertilizantes e herbicidas – o exemplo mais gritante foi a chamada "revolução verde", que deixou um rastro terrível de danos para o ambiente e para as pessoas. Hoje em dia, o uso indiscriminado de transgênicos também surge camuflado com a suposta racionalidade de um inexistente ganho de eficiência. Tudo aquilo que eventualmente se consegue com a redução dos custos unitários da produção em larga escala é perdido na sequência das inúmeras etapas intermediárias, até a chegada à mesa para ingestão. A comercialização em regime de oligopólio permite a manipulação de preços e a manutenção de altas taxas de retorno. A dependência face às complexas estruturas de financiamento incorpora custos de natureza financeira a um tipo de produto que todos poderiam ter em seus próprios quintais ou em hortas comunitárias da vizinhança.

A alternativa da agricultura sustentável

Ora, está mais do que comprovado que a adoção do modelo do agronegócio, com o uso de todos os recursos proporcionados pelo desenvolvimento tecnológico comprometedor da saúde e do meio ambiente, não resolveu os problemas da fome no mundo. Com exceção dos ganhos econômicos obtidos pelas empresas intervenientes no complexo, o modelo só traz prejuízos à humanidade. Essa é uma das razões pelas quais começam a ganhar expressão sistemas alternativos de produção de alimentos, com incorporação de novos valores e pressupostos. Ao invés de propriedades de grande extensão, voltam à cena propostas vinculadas ao pequeno produtor e à agricultura familiar. Os alimentos ganham em qualidade e o conjunto da sociedade é beneficiado por ser um modelo gerador de emprego, mantenedor de práticas agrícolas tradicionais, capaz de assegurar e multiplicar a renda no nível local. É o exemplo positivo da sustentabilidade em sua abordagem mais integral: econômica, social, cultural e ambiental.

Mas para que essa maneira de organizar a produção de alimentos se consolide, é necessário que haja medidas de estímulo nesse sentido. A educação e a conscientização são aspectos essenciais para se garantir uma abordagem distinta e uma nova cultura das gerações a seguir face à alimentação. Por outro lado, cabe ao Estado oferecer o exemplo concreto de que é possível outra forma de lidar com a questão da alimentação. Para tanto, o setor público (nos níveis federal, estadual e municipal) deveria criar as condições para o consumo da produção alimentícia nessas novas bases. Em economês, poderíamos dizer que a ação governamental gera uma demanda, com o objetivo de assegurar a continuidade da oferta no médio e longo prazos.

Algumas prefeituras já tomaram esse tipo de iniciativa. Basta determinar que toda a aquisição de alimentos e toda a operação da rede de restaurantes e lanchonetes no âmbito da administração pública devam ter como fornecedores produtores vinculados a programas de cooperativas e agricultura familiar, com exigência de padrões de agricultura orgânica e ecológica. Com isso estariam abrangidas áreas como a própria estrutura governamental (restaurantes para funcionários), a rede escolar de todos os níveis (desde as creches até as universidades), a rede hospitalar e de saúde, os restaurantes populares e comunitários, entre tantos outros setores.

Como sempre, as alternativas técnicas existem e estão à disposição. O que falta é a vontade política de colocar em marcha um modelo distinto, que ofereça à população uma alternativa mais econômica, saudável e sustentável de assegurar nossa própria alimentação. Para alcançar tal objetivo, o Estado deve lançar mão de políticas públicas integradoras que permitam ganhos da qualidade em termos de produção de alimentos, geração de emprego, melhoria nos padrões de saúde e menor comprometimento do meio ambiente.

Lesoto busca expertise no combate à insegurança alimentar. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 29/08/2013

Representantes do governo de Lesoto estarão no Brasil até 5 de setembro para conhecer as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Uma delegação do país africano, liderada por sua ministra da Educação, Makabelo Mosothoane, esteve na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) esta semana com objetivo de conhecer as experiências na área de segurança alimentar no Brasil. Durante o encontro, o grupo conheceu detalhes sobre a execução das políticas desenvolvidas pelo governo para comercializar a produção familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos.

"O PAA atende a rede socioassistencial, como asilos, creches, e hospitais, bem como equipamentos públicos, que são as cozinhas comunitárias, restaurantes populares, banco de alimentos, entre outros", ressalta a superintendente de Suporte à Agricultura Familiar, Kelma Cruz. "O programa é eficiente porque garante renda aos pequenos produtores, por meio da aquisição de alimentos dos agricultores familiares, e assim

contribui para a formação dos estoques governamentais e ainda possibilita a doação desses produtos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas pelos programas sociais locais".

A delegação do Lesoto segue viagem para o Espírito Santo com o intuito de conhecer outras experiências brasileiras no campo da alimentação escolar. A missão internacional é organizada pelo Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas (ONU), em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Universidades públicas irão apoiar implantação de planos estaduais de segurança alimentar - Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/08/213

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) abriu edital para selecionar nove instituições, que irão assessorar gestores estaduais e do Distrito Federal. Prazo para envio de propostas termina no dia 27 de setembro

Brasília, 30 – Universidades públicas federais e estaduais irão apoiar os estados e o Distrito Federal na implantação da política de Segurança Alimentar e Nutricional. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou edital e deu prazo até o dia 27 de setembro para que as instituições de ensino superior enviem suas propostas, voltadas à assessoria na elaboração de políticas públicas, capacitação, campanhas e extensão universitária. As ações visam o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). No total, estão disponíveis R$ 7,25 milhões até 2015.

Nove instituições de ensino superior serão selecionadas para atender a grupos de estados. Poderão ser financiados projetos no valor de até R$ 1 milhão para a região Norte (lotes 8 e 9) e até R$ 750 mil para as demais regiões brasileiras (veja o quadro).

Segundo o secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Arnoldo de Campos, a ação vai proporcionar também um fortalecimento das ações intersetoriais nos municípios e estados. "O SISAN fortalece a gestão das ações de combate à fome e de segurança alimentar e nutricional nos municípios. As universidades são importantes parceiras nesta tarefa, porque viabilizam ações de assessoria, capacitação, cursos, dentre outros meios de formação", explica.

O apoio das universidades será direcionado aos Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEAs) e às Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs), para a implantação de políticas e o monitoramento dos planos estaduais da área. Além disso, o edital prevê a promoção de capacitações para gestores públicos, conselheiros e representantes da sociedade civil e a realização de

campanhas educativas que estimulem hábitos alimentares saudáveis para combater problemas como a desnutrição, obesidade, diabetes e hipertensão.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

opa Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa